

PARTICULARIDADES DE GÊNERO ENTRE AS/OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM FORMAÇÃO NOS CURSOS DE HISTÓRIA E PEDAGOGIA

**Flávia Rodrigues Alves de Freitas
Luciana Paiva dos Santos
Márcia Cecília Ramos Lopes**

Resumo

Neste artigo apresentam-se alguns dados de uma pesquisa que objetivou investigar o perfil de estudantes dos cursos de História e Pedagogia, no que tange o quantitativo, a realidade social, econômica e familiar, para tentar entender quais aspectos da vida desses estudantes se inter-relacionam com a opção pela profissão docente. Constituiu-se em um estudo de natureza qualitativa. O método de abordagem utilizado foi o Dialético, a metodologia pesquisa bibliográfica e de campo, e o instrumento de coleta de dados foi o questionário. Como referencial teórico-metodológico trabalhou-se com Louro, Nogueira, Rincón e Saffioti. Participaram da investigação 65 estudantes, sendo 39 mulheres e 26 homens. Os resultados indicaram que a maioria das/os estudantes são mulheres, afrodescendentes, trabalhadoras, mães, de renda baixa e que a escolha pela licenciatura está relacionada à identificação da profissão como mais fácil para mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Profissão docente. Formação de professores/as.

Introdução

O presente trabalho apresenta alguns resultados de investigação de um grupo de estudos de uma universidade privada de Goiânia, Goiás, realizada com alunas/os de dois cursos de licenciatura no ano de 2012 - Pedagogia e História, que objetivou investigar o perfil das/os estudantes, no que tange o quantitativo e a realidade social, econômica e familiar, para entender as particularidades de gênero dos profissionais da educação em formação.

O método de abordagem utilizado foi o dialético, a metodologia pesquisa bibliográfica e de campo e o instrumento de coleta de dados foi o questionário aplicado as/aos alunas/os matriculadas/os nos cursos de modalidade presencial, contendo 118 perguntas concernentes a realidade desses estudantes, relacionadas aos dados pessoais, aspectos econômicos, sociais, familiares, afetividade e sexualidade, formação e trabalho, com o intuito de obter a opinião, as crenças, os interesses, e as expectativas das/os alunas/os e em que medida elas se relacionavam com o sexo da/o respondente.

Para realização das análises e o direcionamento da pesquisa foram utilizados aportes teóricos baseados em Louro, Nogueira, Rincón e Saffioti. A porcentagem das

mulheres chega a 90% no curso de Pedagogia, e 60 % no curso de História, e o interesse na área da educação se deve à várias questões, identificadas nas leituras de teóricos do campo da Pedagogia. Dentre estas questões, um aspecto relevante observado nos dados é que a escolha pela licenciatura está relacionada à estrutura familiar que as mulheres/estudantes vieram, a identificação desta profissão como profissão mais fácil para as mulheres, pela flexibilidade do horário de trabalho, para que houvesse dedicação ao lar também.

1. O que vem a ser gênero?

Investigar o perfil das/os alunas/os de licenciatura implica, primeiramente, compreender por que a profissão docente é mais ocupada por mulheres.

É muito comum escutar que para ser professora/or tem que ter dom, paciência e cuidado com seus alunos. Esse “dom” e essas características apontadas como sendo próprias de quem educa, costumam vir associados às atribuições destinadas socialmente às mulheres e referenciadas na divisão sexual e social do trabalho. Muitas/os professoras/es até concordam com essas afirmações e, sem refletir, acabam absorvendo a ideia como “natural”. Essa naturalização da profissão, como sendo mais indicada para mulheres devido ao “dom” de ensinar, cria uma relação entre feminização da profissão e a desvalorização da profissão. Esse comportamento acrítico tem consequências desastrosas na profissão, pois:

[...] no exercício da profissão, continuarão exploradas como profissionais, vivendo como cidadãs de segunda categoria e reproduzindo as mesmas relações sociais de gênero sustentadas por essas relações e que estão presentes nos conteúdos escolares, nas estruturas de poder dentro do sistema escolar, nas relações entre homens e mulheres profissionais, e entre professores/as e alunos/as (RINCÓN, 2005).

Assim, a maneira como a profissão de professora é concebida na sociedade, deve ser observada sob a perspectiva das relações sociais de gênero estabelecidas. Mas o que vem a ser gênero?

O conceito de gênero começa a ser construído a partir do momento em que as diferenças entre homens e mulheres começam a ser mais questionadas, ou seja, no final da década de 1960, registrando que não só preocupações sociais e políticas eram de interesse social, mas também debates e manifestações acerca das desigualdades entre

peças do sexo masculino e do sexo feminino observadas na sociedade, eram questões que intervinham na configuração da sociedade. Volta-se então o interesse para construções teóricas com relação ao conceito de gênero. Dar visibilidade às mulheres, que sempre foram ocultadas foi o objetivo das estudiosas feministas. Os estudos sobre as mulheres tomam destaque e são construídas diferentes análises a partir de grupos feministas, inclusive os estudos que justificam as desigualdades entre homens e mulheres fundamentados nas características biológicas. Com o intuito de combater essa ideia de naturalização das desigualdades pelas características biológicas, é que uma nova linguagem surge, na qual emerge gênero como categoria de análise. Assim, Louro (1997) defende que gênero não deve ser interpretado como relacionado às características sexuais/biológicas do ser humano, mas:

[...] a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (p.21)

Louro (1997) não nega a biologia como um fator importante na identificação do gênero, mas enfatiza que o modo como essas características são representadas socialmente para cada um dos sexos, em um processo histórico e em um determinado contexto sócio cultural, é que deve ser levado em conta. É com esse processo que os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, sujeitos à transformações a partir de suas relações sociais com o mundo que os circundam. Um menino se torna masculino em razão das atribuições e da forma como o inserimos ao mundo masculino, e o mesmo acontece com a menina que se torna feminina de acordo com a moldura imposta pelos pais, e aqui se inclui a família, e a escola. A distinção biológica entre homens e mulheres serviu de suporte para que as mulheres fossem dominadas e exploradas em sociedade.

Com a introdução da maquinaria na Revolução Industrial, o trabalho das mulheres (e também das crianças) passa a ser requisitado, uma vez que a força muscular não é mais exigência para atender grande parte do mercado. Dessa forma, a mulher é inserida na indústria capitalista, aumentando o quantitativo de assalariados, conseqüentemente diminuindo os salários e aumentando a competitividade. As mulheres de classe alta se dedicavam à família e ao lar. Já as mulheres de classe mais baixa exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas, nas lavouras e

posteriormente também em escritórios, comércio, e também escolas e hospitais. Elas eram coordenadas por homens, serviam mais como auxiliares, e as atividades muitas vezes eram relacionadas à assistência, ao cuidado ou à educação. A ausência das mulheres nas ciências, nas letras, nas artes era perceptível (LOURO, 1997).

Novos desafios são postos à mulher, e uma nova realidade faz com que a condição que lhe é socialmente imposta, seja encarada com um outro olhar. A mulher deveria apropriar-se de qualidades e atitudes até então consideradas masculinas, o mercado de trabalho estava a sua espera, e “o capitalismo teria aberto as portas do mundo do trabalho para a mulher. Não foi nem é assim. O capitalismo abriu as portas sim, mas do *emprego*, pois as mulheres já trabalhavam havia muito tempo, mais do que os homens” (SAFFIOTI, 2000). As diferenças biológicas entre homens e mulheres, porém, não deixavam de ser apontadas para que a organização social fosse mantida, e com ela as barreiras da emancipação da mulher. Devido a sua função reprodutiva, a mulher deveria comeder-se do trabalho produtivo. Com esse discurso, foi imposto à mulher que o trabalho remunerado deveria ser provisório, devido à maternidade, ou parcial, para que suas obrigações domésticas e maternais fossem cumpridas.

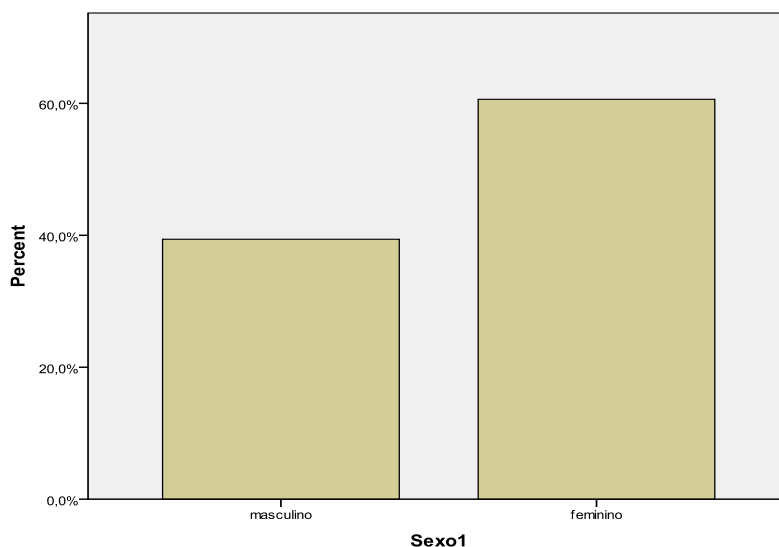
Diante desse quadro, as oportunidades para as mulheres se especializarem como profissionais eram baixas, o que resultou em desvantagens com relação aos homens no trabalho no espaço público, instabilidade e salários baixos. Socialmente, ficou legitimado o gênero como uma divisão sexual do trabalho, e as justificativas biológicas aceitas como “naturais” (NOGUEIRA, 2004). Scott (1986 apud LOURO, 1997, p.31), argumenta que:

[...] é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão.

Mesmo diante da invisibilidade e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conquista de seu espaço, transformações, inclusive no mundo do trabalho, ocorreram. O número de trabalhadoras crescia, e conseqüentemente seu espaço profissional e de trabalho também. O sustento da família passa a não ser uma exclusividade dos homens com a inserção da mulher no trabalho remunerado.

2. Análise dos dados

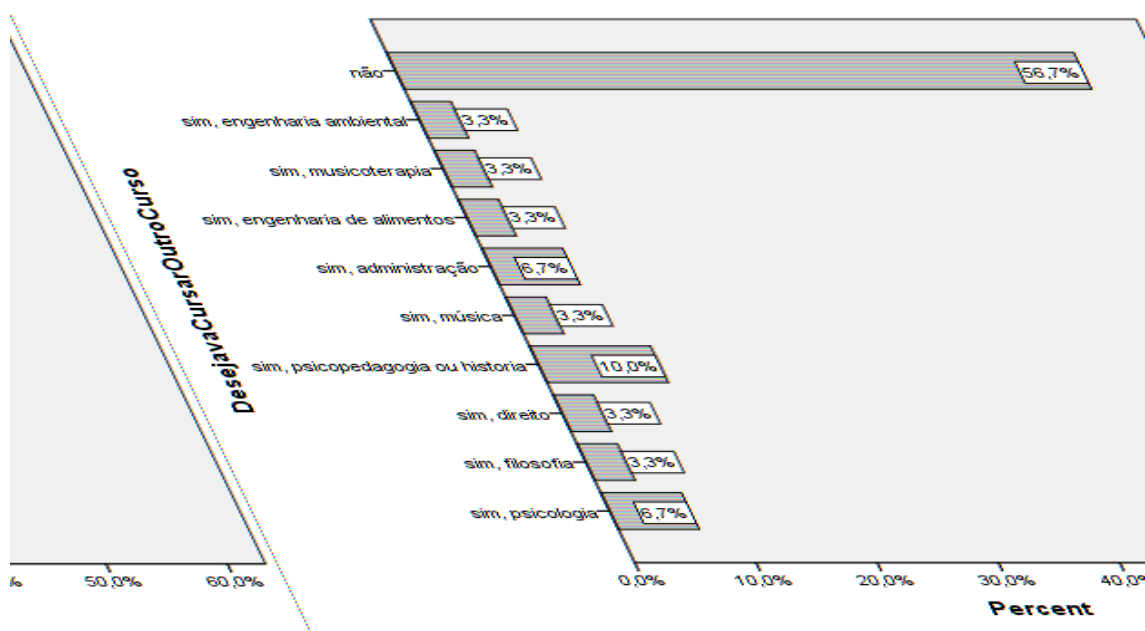
Foi constatado que mais da metade das pessoas que ocupam as cadeiras da universidade nos dois cursos pesquisados da instituição são mulheres, conforme quadro de estudantes de acordo com o sexo do curso de História (figura 1):



A maioria das/os docentes brasileiras/os do sexo feminino está na educação básica conforme mostra a Sinopses Estatísticas da Educação Básica do Inep de 2013 por sexo: de um total de 2.148.023, as mulheres são 1.724.653 (mais de 80%) e homens 423.370. Em Goiás, este quadro segue a mesma proporção – de um total de 59.631 docentes, as mulheres são 49.779 (também mais de 80%) e homens 9.852. No caso da educação infantil, ainda conforme a mesma Sinopse, a discrepância entre os dois sexos ainda é maior. Em termos de Brasil, de um total de 474.591 professores, somente 14.596 (um pouco mais de 3%) são homens e 459.995 são mulheres. Em Goiás, de um total de 11.365, somente 277 docentes são do sexo masculino, e 11.088 são do sexo feminino (INEP/MEC, 2013). Esses dados confirmam que a profissão docente ainda é mais ocupada por mulheres, e que os papéis criados pela sociedade para homens e mulheres ainda são representativos nas relações sociais. A justificativa para este

fenômeno, conforme Louro (1997), é que cada um desempenha “melhor” determinado papel – é a distinção sexual servindo de suporte para a divisão sexual do trabalho.

O universo simbólico criado acerca da profissão docente, por se tratar de uma profissão ocupada mais por mulheres, é ainda mais reforçado pela associação da profissão a um “dom maternal”, que não exige preparação formal, que pode ser exercida em tempo parcial, que não exige salário alto por se tratar de renda apenas complementar na família. Sem fugir do papel de mãe, são reservadas às mulheres, na sociedade contemporânea, algumas profissões tidas como femininas, o que significa dizer que essas profissões são uma extensão do privado e do doméstico, acessíveis às mulheres. A divisão sexual do trabalho é historicamente construída e reflete, na verdade, a relação de poder dos homens sobre as mulheres. A pesquisa nos mostra que a grande maioria das alunas pesquisadas no curso de Pedagogia está satisfeita com a escolha da profissão. Quando questionadas se desejavam cursar outro curso, responderam conforme se vê quadro a seguir:

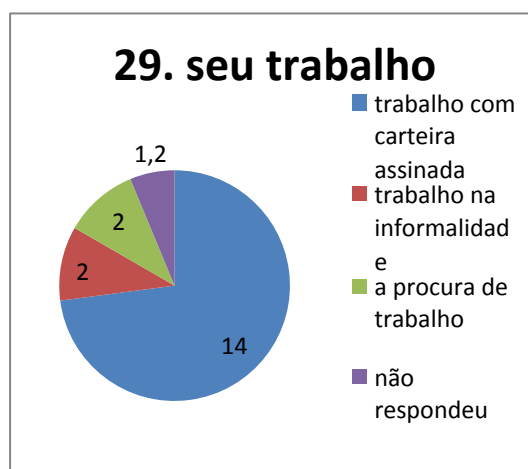
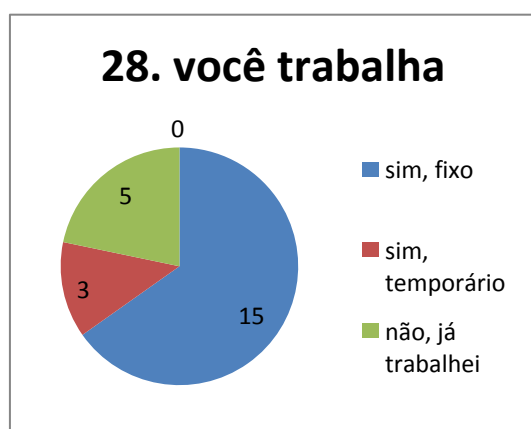


Porém, de acordo com Gatti (2000), cada vez menos jovens investem na carreira docente, e, apesar de ainda serem maioria, recentemente, as mulheres também

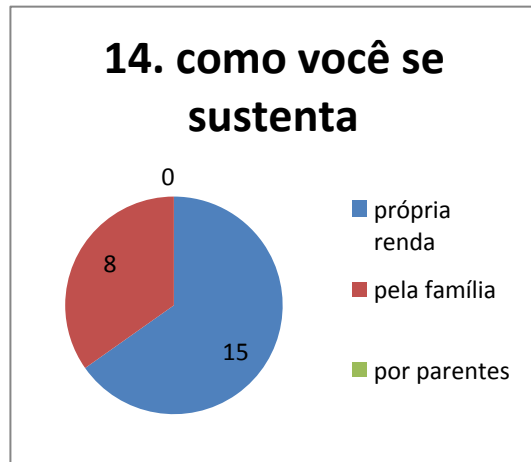
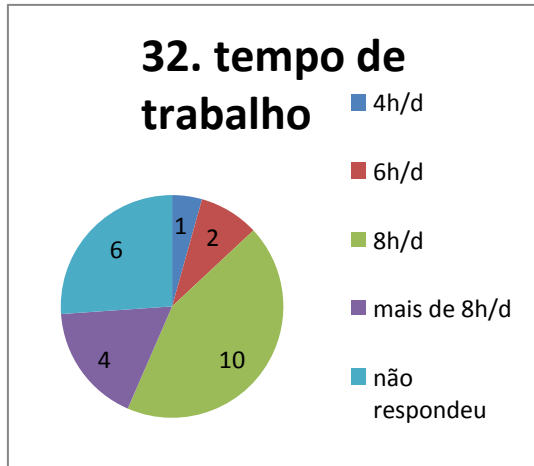
têm escolhido outras áreas profissionais e quase a metade das pessoas que cursa as licenciaturas, não pretende exercer, e os que manifestam a preferência pelo exercício do magistério se sentem apreensivos quanto à profissão. A valorização real de uma área profissional deve ter interação entre as dimensões pessoais e profissionais, de forma que ambas deem sentido à história de vida na construção social, tornando a profissão parte da formação de uma identidade pessoal (NÓVOA, 1997).

Apesar de muitas mulheres estarem assumindo as responsabilidades da maternidade, da profissão docente e da manutenção do lar, continuam em minoria nas demais profissões mais assumidas por homens. Isso traz dificuldades à profissionalização da categoria de professora, pois a profissão é associada a trabalho fácil, de poucos critérios de exigência. Dessa forma, as mulheres ficam submetidas às condições hegemônicas da ideologia patriarcal. Segundo Rincón (2005), a valorização da categoria só acontecerá a partir de uma formação que leve à emancipação, de forma que as particularidades de gênero sejam respeitadas, profissionalizando e capacitando as pessoas para fazerem uma leitura crítica do mundo que as cercam.

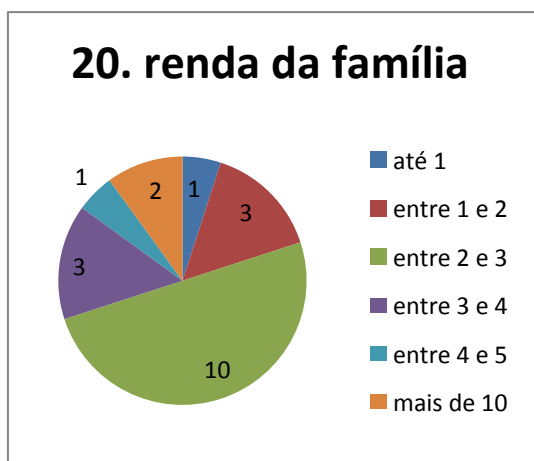
A construção de papéis de homens e de mulheres foi feita pela sociedade com fundamento nas relações sociais, tornando-se padrões ou regras de comportamentos que uma sociedade impõe e define como adequados ou não (LOURO, 1997). A profissão docente, pela flexibilidade de horário da escola, permite que as mulheres trabalhem, sem deixar de cumprir seu papel tradicional de mulher com as obrigações da família e da maternidade. Ao analisar os dados da pesquisa observamos que a maioria das entrevistadas é trabalhadora de emprego fixo com carteira assinada:



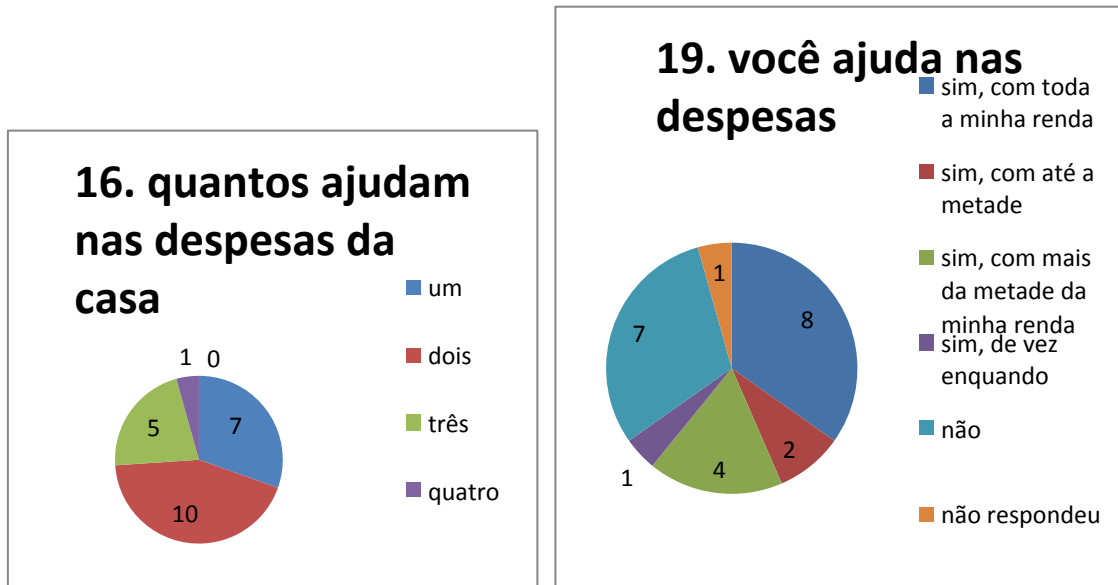
Os estudos mostram que as pesquisadas, em sua maioria, trabalham em tempo integral e se sustentam com a própria renda:



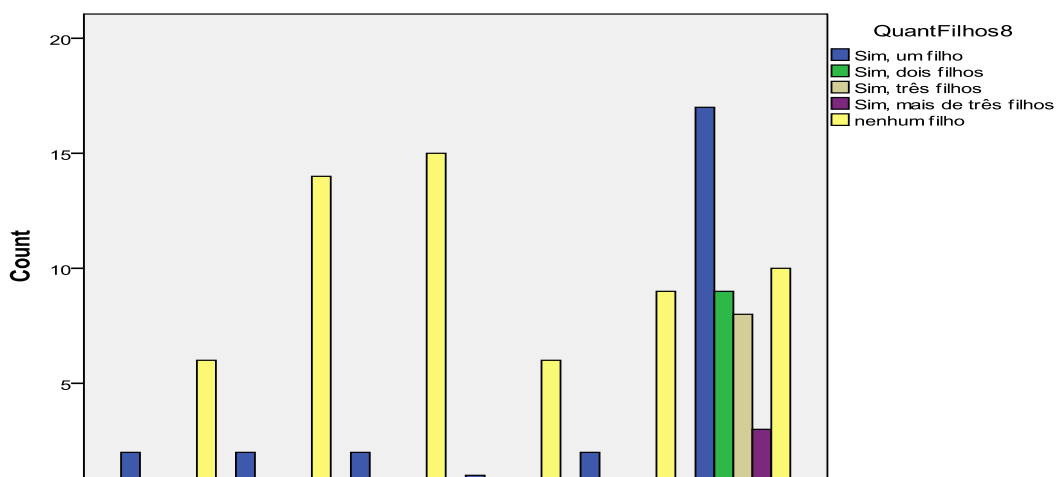
E também mostram que a renda familiar e individual das alunas é baixa:



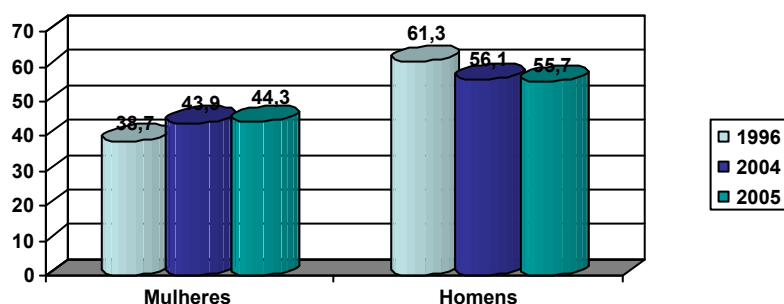
A maioria das alunas é responsável pelas despesas da casa com toda a sua renda:



No estudo, buscou-se entender como é a dialética das jornadas de trabalhos e os outros fatores que influenciam a vida da mulher, em sua formação, na busca de uma profissão que traga independência. Aspectos como o “tempo que parou de estudar”, “etnia”, “idade”, “quantos filhos”, “idade dos filhos”, “quem cuida dos filhos”, foram trabalhados e abordados como pressupostos para o entendimento da rotina, e consequentemente uma justificativa das idas e vindas da vida profissional da mulher. A tabela a seguir, trata dos dados da pesquisa relacionados à idade e quantidade de filhos:



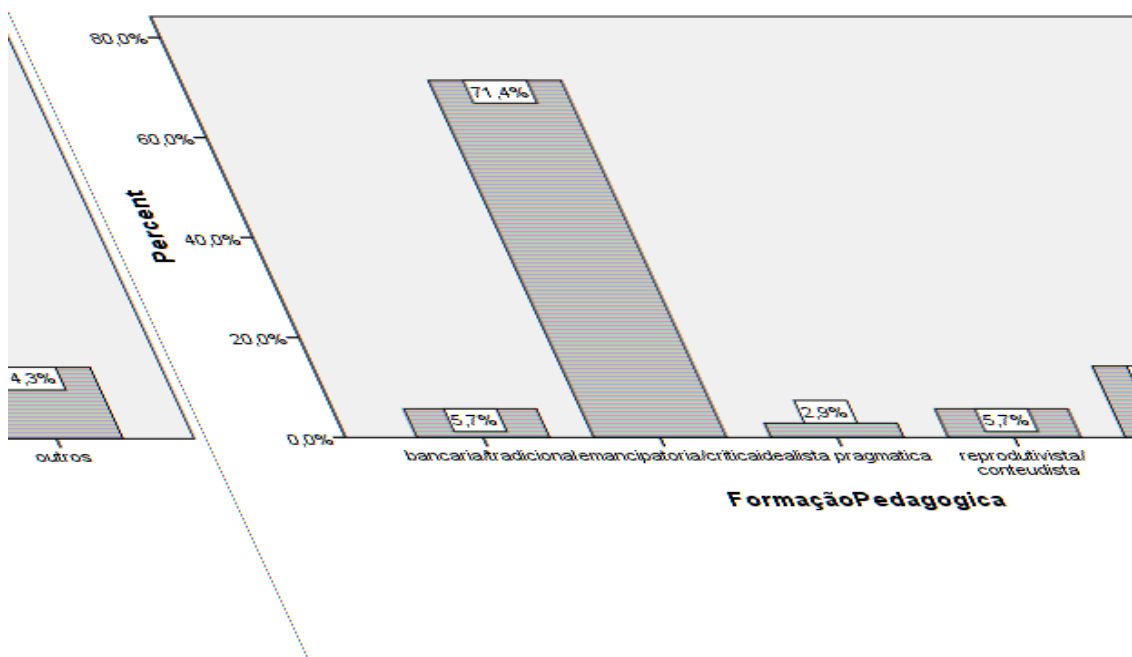
estão em maioria nos cursos superiores de todas as regiões das universidades brasileiras. De acordo com as estatísticas apresentadas em 2005, as mulheres representaram: 55,5% das/dos candidatas/os inscritas/os nos processos seletivos; 55% das/dos que efetivamente conseguiram ingressar nas universidades; e 62,2% das/dos concluintes dos cursos de graduação. De acordo com as unidades da Federação, o quantitativo maior de estudantes do sexo feminino é constatado no Tocantins (65,9%), em seguida vem Goiás (61,3%), Amapá (61,1%), Acre (60,8%) e Rondônia (60%). Outro dado importante fornecido pelo Instituto, em publicação de título *A Mulher na Educação Superior Brasileira: 1991 – 2005*, é que as mulheres são maioria nos cursos de Pedagogia (91,3%) e Letras (80%) (INEP/MEC, 2007). Ainda no mesmo estudo, outro ponto interessante é que a participação das mulheres na docência da educação superior brasileira ainda é menor, mas tem aumentado gradativamente, conforme ilustra o quadro:



(Fonte: INEP – Estudo da participação das mulheres na educação superior brasileira, 2007)

A Sinopse da Educação Superior de 2012 do INEP mostra que o número total de funções docentes nas universidades brasileiras por sexo é: de um total de 203.295 docentes, 110.390 são do sexo masculino, e 92.905 são do sexo feminino. Os dados de 2012 demonstram que 45,7% dos docentes das universidades são mulheres, e que os homens ainda são maioria na docência universitária, totalizando 54,3%. Se compararmos com os dados do quadro demonstrativo do INEP de 2005, podemos inferir que em sete anos houve um aumento de apenas 1,4% da participação das mulheres na docência da educação superior brasileira.

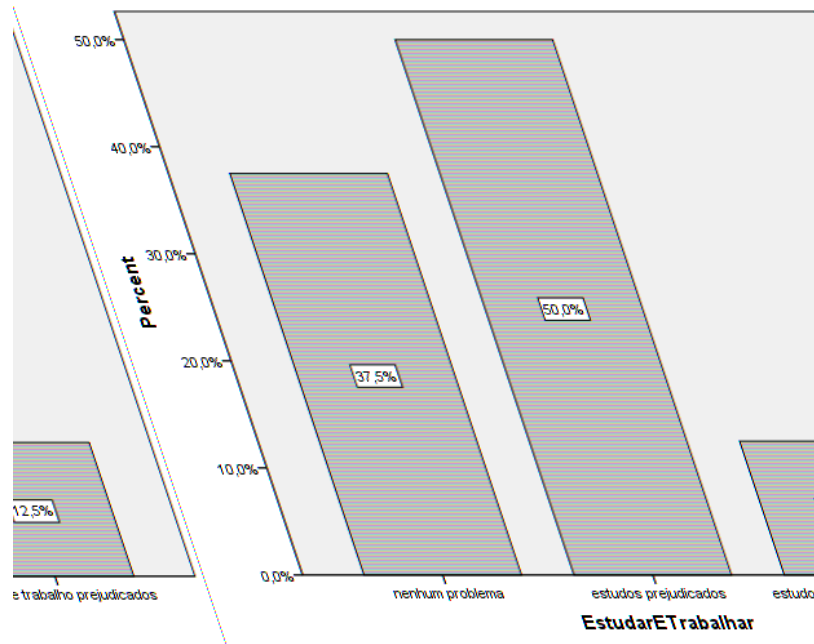
Ao analisarmos os dados coletados com relação à profissão escolhida pelas/os pesquisadas/os, 83,7% acreditam em seu curso superior em docência, e 71,4% consideram que o curso oferece uma educação emancipatória, conforme ilustra quadro:



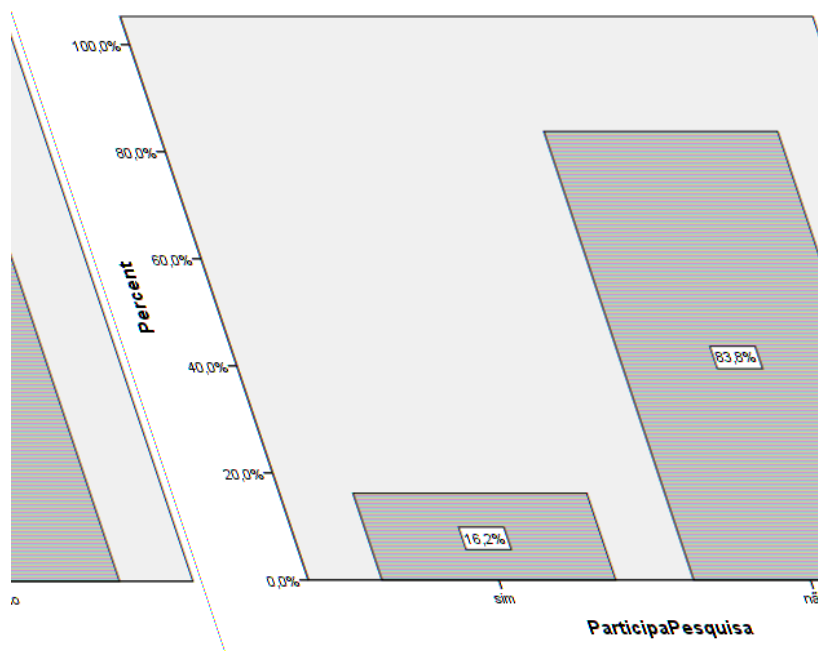
Observando-se a coluna de nossa pesquisa relacionados a idade e quantidade de filhos, onde há mulheres com idade acima de 26 anos há o ápice de quantitativo de mulheres mães, correspondendo a um filho em mais de 15 mulheres; nenhum filho em 10 mulheres; e 9 mulheres que têm dois filhos. Aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho podem ser apontados aqui. A mulher tem essas atribuições acumuladas com dupla jornada, porque a sociedade rotulou a responsabilidade do lar e dos filhos como parte de sua característica biológica. Aspectos profissionais para a mulher devem ser secundários, de acordo com essa concepção, uma vez que o homem é quem deve ser o provedor do lar.

É importante relatar que ao se observar os dados coletados da pesquisa, a condição da dupla jornada de trabalho - a doméstica, e a profissional, que inclui aí os estudos, não propicia um bom rendimento no curso superior. Quando perguntado às

alunas trabalhadoras se o fato de trabalhar e estudar compromete o processo de ensino-aprendizagem, e se consideram o seu rendimento escolar inferior ao dos colegas que só estudam, as respostas da maioria foram que sim, conforme ilustra quadro:



A grande maioria das pesquisadas não tem o hábito de frequentar a biblioteca por falta de tempo, e não fazem parte de grupos de pesquisas, conforme expressa tabela:



Tentamos aqui entender os fatores que influenciam a vida da mulher, em sua formação, na busca de uma profissão que traga independência. É importante dizer que a mulher sofreu exclusão do espaço público pelas condições que experimentou durante a história, e é por isso que justifica os lugares sociais, o seu destino dentro da sua condição em que permanecia como dona de casa, e a educadora dos filhos, não podendo trabalhar fora, pois, não havia quem assumisse essas responsabilidades (LOURO, 1997). As cobranças da sociedade são muitas, mas a própria sociedade não oferece apoio às necessidades das mulheres, ou pode-se mesmo dizer que não oferece apoio para a reprodução humana em sociedade, inclusive quando não há o compartilhamento das tarefas domésticas. Seriam necessários equipamentos sociais em quantidade, particularmente creches e escolas de tempo integral, que não são oferecidas de forma que atendam à demanda das famílias, conforme é estabelecido em vários instrumentos legais como na CLT (MTE, 1986) na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), na LDB (BRASIL, 1996) por exemplo.

Em alguns casos, as empresas deixam de contratar mulheres devido à questão da maternidade. O que ocorre é que às vezes essas mães têm que abdicar do estudo ou do trabalho de alguma forma devido à falta de apoio para se dedicar à maternidade.

Tratou-se também do tempo de afastamento do trabalho. A maioria não respondeu, mas ao analisarmos as respostas obtidas, constatamos que a maioria interrompeu com os estudos por pelo menos dois anos devido a questões pertinentes à vida pessoal, como por exemplo, a maternidade.



A mulher ainda tem invisibilidade na sociedade pela discriminação, ausência na vida política e social, e pelo desprestígio do mundo doméstico. No Brasil, somente em 1932, no governo de Vargas, que foi concedido o direito ao voto para as mulheres, mas com restrições. Nas palavras de Álvares (1997, p.3-4):

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF, fortaleceu o “lobby” nacional pelo direito do voto às mulheres, até a promulgação, em 1932, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, do novo Código Eleitoral incorporado (até 1934) a Constituição de 1891. Essa nova lei determinava o voto secreto, facultando-o às mulheres, *caso o desejassem*, embora fosse um direito obrigatório para os homens. Ratificado pela Constituição de 1934, o direito do voto às mulheres tornou-se *dever* de cidadania apenas para aquelas que exercessem uma função pública remunerada.

As mulheres que sempre trabalharam fora do mundo doméstico, como em fábricas, oficinas e nas lavouras, sofreram e ainda sofrem com a discriminação e a

invisibilidade social apoiada nas dificuldades vividas devido às particularidades de sua condição de mulher numa sociedade patriarcal e opressora. As transformações na sociedade exigem também reformular velhos conceitos e formular novos. As contradições sociais são muitas, e segundo Saffioti (2000), “há três fundamentais que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe” (p.73). A sociedade é um conjunto formando uma totalidade, que não se articula com elementos isolados (p.74). Para se combater os esquemas patriarcais e toda a ideologia que os sustentam, resta-nos combater todas as formas de injustiça.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) concede, perante a lei, a igualdade a todos e tem como objetivos (Art. 3º) e direitos (Art.5º):

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação; (Art.3º)

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; (Art. 3º)

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]; (Art.5º)

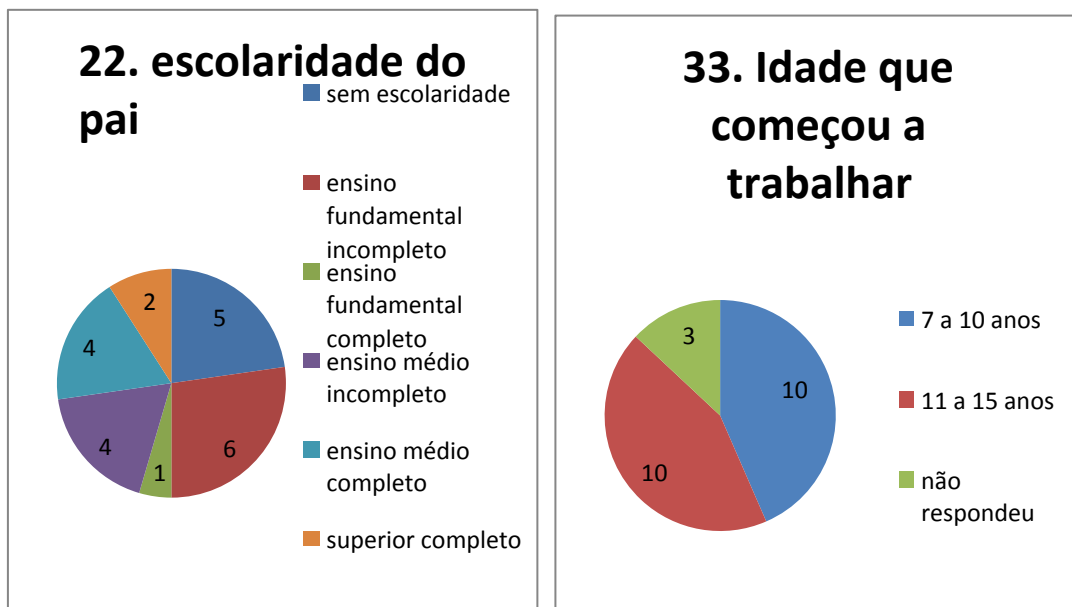
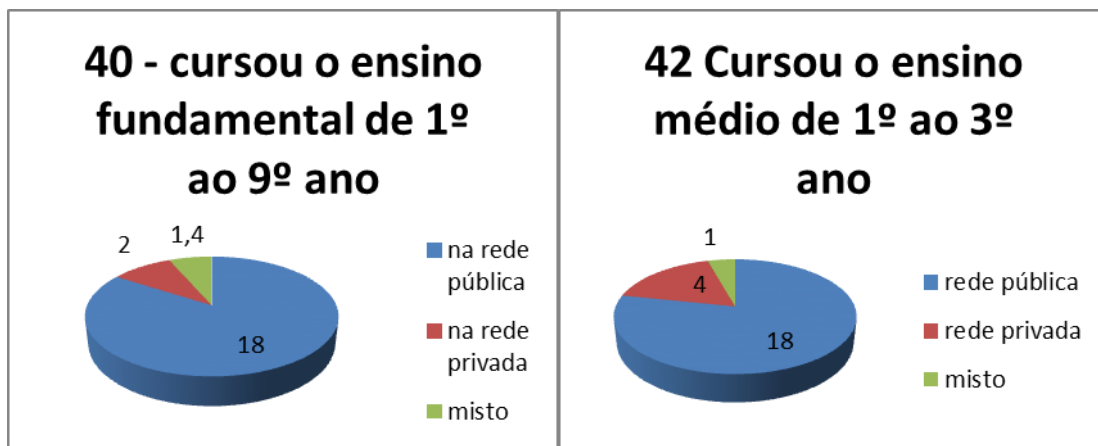
XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; [...] (Art.5º)

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei. (Art. 5º)

A igualdade é garantia constitucional, mas historicamente as contradições sociais, que, segundo citou Saffioti (2000), de gênero, raça/etnia e classe, resultam em discriminação e opressão em muitos âmbitos da sociedade, inclusive no profissional. Nos resultados do questionário obtidos quanto à etnia das/os estudantes dos dois cursos de licenciatura da instituição, foi constatado que de um total de 65 entrevistadas/os: 12 consideram-se negros, sendo 6 entrevistadas/os de sexo feminino e 6 masculino; 36 pardos, sendo 13 masculino e 23 feminino; e 17 brancos, sendo 7 do sexo masculino e 10 do feminino. Nota-se aqui, o registro maior de afrodescendentes para o sexo feminino.

Quanto à condição social, como observado nos quadros 20 e 21, a renda familiar da maioria das/dos estudantes é baixa, não passando de três salários mínimos. Os alunos entrevistados vieram em sua maioria da escola pública do ensino fundamental ao ensino médio (quadros 40 e 42), e a escolaridade de suas famílias, mostra que uma porcentagem significativa é de escolaridade bem baixa. Com isso, para contribuir com a

renda familiar começaram a trabalhar muito jovens, conforme ilustram os quadros 22 e 33:



Considerações Finais

Ao trabalhar os dados da pesquisa, procurou-se entender quais aspectos da vida dessas/desses estudantes se inter-relacionam com a opção pela profissão docente, e suas particularidades de gênero. Considerando a realidade das/os estudantes dos cursos de História e de Pedagogia de uma instituição privada, concluímos que a maioria das/os alunas/os é do sexo feminino, afrodescendentes, de origem sócio econômica humilde, trabalhadoras/es desde a infância para contribuir com o sustento da família, de renda individual e familiar baixas, com idade acima dos 20 anos, muitas são mães. A maioria estudou em escolas públicas e filhas/os de pais com pequena escolaridade. A dedicação aos estudos é apenas parcial na maioria dos casos por serem trabalhadoras/es de tempo integral e compromissadas/os com o sustento da família. No caso das estudantes, o investimento na carreira ainda é mais prejudicado pela sua condição de mulher, a grande maioria tem dupla jornada de trabalho, obrigações domésticas e maternais. A busca de uma profissão que traga independência e emancipação não deve seguir padrões impostos por uma sociedade que ainda é patriarcal, mas sim, que se promova interação entre o pessoal e o profissional, para dar sentido à história de vida na construção social, tornando a profissão uma formação também de identidade pessoal. Para que haja a valorização da categoria é necessário uma formação com uma perspectiva emancipatória, cujas particularidades de gênero sejam respeitadas. Mesmo as/os estudantes pesquisadas/os em nosso trabalho afirmando que os cursos de História e Pedagogia são considerados emancipatórios, algumas barreiras de gênero ainda não foram rompidas. A diferença sexual ainda é colocada como uma oposição (anatomia-destino), e essa lógica permite a dicotomia dominante – dominado, cuja posição da mulher é de dominada. É preciso desconstruir essa ideia de polos opostos. Na educação a barreira entre os sexos vem sendo quebrada gradualmente, mas notamos em nossos estudos que as preferências por certas áreas ainda são indícios de que a divisão sexual do trabalho é constante, profissões mais adequadas para mulheres, pela sua condição socialmente imposta, e profissões mais adequadas para homens. Muito ainda há de ser feito para a desconstrução das dicotomias. As oportunidades da mulher por sua condição – dona de casa, mãe, trabalhadora e estudante, ainda são menores em comparação com a dos homens. O que está social e culturalmente imposto dentro dessa lógica não é fácil abandonar.

Referências

ÁLVARES, M. L. M.. **Mulher e participação política**. 1997. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ifch/administrator/mulheresepolitica.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 jul. 2014.

_____. INEP. **Imprensa: estudo da participação das mulheres na educação superior brasileira**. Divulgado em 08 de março de 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=16432&version=1.0>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. MEC/INEP. **Sinopses Estatísticas: sinopses estatísticas da educação básica 2013**. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/web/guest/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso: em 30 jun. 2014.

_____. MTE. **Portaria nº 3.296, de 03 de Setembro de 1986**. Autoriza as empresas e empregadoras a adotar o sistema de Reembolso-Creche, em substituição à exigência contida no § 1º do art. 389 da CLT. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCEFB30984A96/p_19860903_3296.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do Gênero. In: **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 2ª., Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

NÓVOA, Antônio. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 3ª edição, 1997. p. 14-49.

RINCÓN AFONSO. Lúcia Helena, **Imagens de Mulher e Trabalho na Telenovela Brasileira (1999 - 2001): a força da educação informal e a formação de professores/as**. Goiânia: Ed. Da Universidade Católica de Goiás, 2005. p.193-203.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?
In: **Crítica Marxista** n° 11. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.